

---

**RATIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**[ INEXIGIBILIDADE N.º 032/2022IN ]**

---

**UNIDADE SOLICITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM EXPERTISE EM CONSULTORIA, ASSESSORIA E SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS, FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS, ACOMPANHAMENTO, TREINAMENTO E EXECUÇÃO DOS SISTEMAS SUASWEB, CADSUAS, SAA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA

**VALOR:** R\$ 19.800,00 (Dezenove mil e oitocentos reais), global.

**VIGÊNCIA:** de 11/04/2022 a 31/12/2022

**CONTRATADO:** PETERSON NOVAIS DE BRITO  
CNPJ: 23.633.630/0001-07

**DOTAÇÃO:**

<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b>	08.08 SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO
<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	8.244.0001.2.648 GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	8.244.0001.2.663 OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS
	3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica

**JUSTIFICATIVA:** Com a finalidade de efetuar a prestação de contas dos fundos municipais de assistência social, sendo que o município não possui profissionais com a experiência para efetuar tal serviço, faz-se necessário a contratação de empresa para regularização do Fundo Municipal de Assistência Social.

A publicação do ato de dispensa ou DISPENSA, consoante o exposto no Acórdão do TCU n.º 1.336/2006 Plenário, somente se aplica às compras diretas cujo valor seja superior aos valores contidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, caso em que a deverá publicar o extrato correspondente no Diário Oficial. Conforme dispõe o Manual de Compras Diretas do TCU.

**Orientação Normativa nº 33-AGU, de 13 dez 11:**

"O ato administrativo que autoriza a contratação direta (art. 17, §§ 2º e 4º, art. 24, inc. III e seguintes, e art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993) deve ser publicado na imprensa oficial, sendo desnecessária a publicação do extrato contratual".

**Orientação Normativa nº 34-AGU, de 13 dez 11:**

"As hipóteses de DISPENSA (art. 25) e dispensa de licitação (incisos III e seguintes do art. 24) da Lei nº 8.666, de 1993, cujos valores não ultrapassem aqueles fixados nos incisos I e II do art.

24 da mesma lei, dispensam a publicação na imprensa oficial do ato que autoriza a contratação direta, em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, sem prejuízo da utilização de meios eletrônicos de publicidade dos atos e da observância dos demais requisitos do art. 26 e de seu parágrafo único, respeitando-se o fundamento jurídico que amparou a dispensa e a DISPENSA".

**FUNDAMENTAÇÃO  
LEGAL:** Lei 8.666/1993 - Artigo 25 - Inciso II

**PARECER  
JURÍDICO:** ANEXO

---

#### **RATIFICAÇÃO**

Em vista das justificativas e fundamentações retro, APROVO a realização da despesa, independente de licitação.

Sebastião Laranjeiras - Bahia, 11 de abril de 2022.

---

**PEDRO ANTONIO PEREIRA MALHEIROS**  
Prefeito